



SENADO FEDERAL

PARECER Nº 1.833, DE 2004

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 60, de 2003, de autoria do senador Antonio Carlos Valadares que modifica os artigos 19 e 22 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, que 'dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os artigos 17 e 14, § 3º', inciso V, da Constituição Federal', estabelecendo regras claras sobre a dupla filiação.

Relator: Senador **Marcelo Crivella**

I – Relatório

Vem à apreciação desta comissão, para decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 60, de 2003, de autoria do ilustre Senador Antonio Carlos Valadares, que modifica os arts. 19 e 22 da Lei 9.096, de 19 de setembro de 1995, de maneira a estabelecer regras claras sobre a dupla filiação partidária.

O art. 22 da referida lei relaciona como casos de cancelamento imediato da filiação partidária a morte, a perda dos direitos políticos, a expulsão e outras formas previstas no estatuto, com comunicação obrigatória ao atingido no prazo de quarenta e oito horas da decisão. Conforme o projeto, um quinto caso é acrescentado à relação: o desligamento voluntário do filiado.

O parágrafo único daquele artigo é alterado de maneira a exigir do filiado a outro partido a comunicação do desligamento, ao antigo partido e ao juiz de sua zona eleitoral, no prazo máximo de 30 dias após a nova filiação, observado o requisito da “anualidade

de domicílio e filiação partidária caso queira (o novo filiado) concorrer às eleições”.

O art. 19, por sua vez, ordena o envio, duas vezes por ano, por parte dos partidos, da relação de filiados aos juízes eleitorais. Seu § 1º diz que, nos casos em que não ocorrer essa comunicação, permanecem válidas as últimas relações de filiados enviadas. A modificação proposta excepciona dessa revalidação automática de filiações os casos de desligamento e cancelamento de filiação previstos nos arts. 21 e 22 da lei.

Na Justificativa, seu autor argumenta que a proposta dá solução a uma ambigüidade que a forma vigente da lei apresenta. De um lado, conforme o art. 22, cabe ao novo filiado comunicar à Justiça Eleitoral o desligamento do antigo partido e seu novo vínculo, no dia seguinte ao desligamento. De outro lado, na redação do art. 19, essa tarefa cabe ao partido, que, inclusive, disporia do poder de, por omissão, revalidar todas suas filiações e assim declarar uma situação de dupla filiação (e, portanto, nula filiação) de todos os ex-filiados que, após o desligamento, militam em outras siglas partidárias.

Conforme a proposta, essa ambigüidade é resolvida. A responsabilidade pela comunicação é do filiado, que passa a dispor de um prazo razoável, 30 dias, para efetua-la.

I – Análise

Considero procedente a justificativa do eminente Senador Antônio Carlos Valadares. Com efeito, a redação atual do art. 19 da Lei nº 9.096, de 1995, con-

fere aos partidos a incumbência de informar à Justiça Eleitoral a relação de seus filiados. O § 1º do mesmo artigo, por sua vez, confere validade, no caso de omissão, às relações enviadas anteriormente. Dessa maneira a incumbência de informação transforma-se, na prática, em poder do partido de manter seus filiados, mesmo contra a sua vontade.

Na redação proposta, desaparece efetivamente a ambigüidade.

Cabe ao filiado proceder à informação, tanto ao partido antigo quanto à Justiça Eleitoral. A comunicação extingue, automaticamente, em dois dias, a antiga

filiação, que passa a ser expressamente excepcionada da revalidação geral a que se refere o art. 19.

Por outro lado, o novo prazo de 30 dias é exequível, enquanto o “dia imediato à nova filiação” pode resultar, como bem assinala o autor, um final de semana ou feriado.


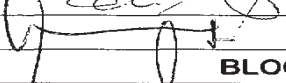
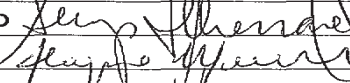
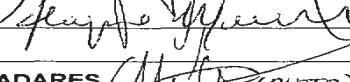
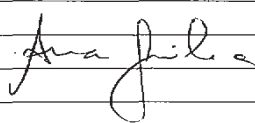
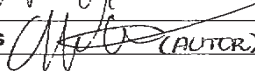
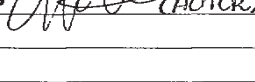
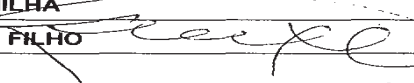
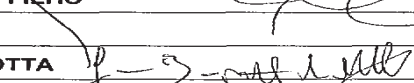
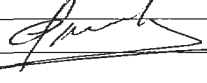
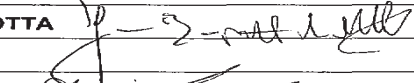
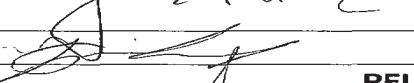
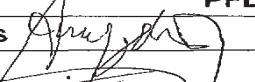
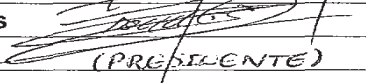
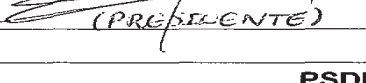
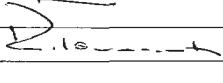

III – Voto

Pelas razões apresentadas, manifesto-me pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 60, de 2003. Sala da Comissão, 17 de novembro de 2004.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 60 DE 2003

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 17.11.2004, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE 	
RELATOR:  Sen. MARCELO CRIVELLA	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO	
SERYS SLHESSARENKO 	1-EDUARDO SUPLCY
ALOIZIO MERCADANTE 	2-ANA JÚLIA CAREPA 
TIÃO VIANA 	3-SIBÁ MACHADO
ANTONIO CARLOS VALADARES  (AUTOR)	4-DUCIOMAR COSTA
MAGNO MALTA	5-GERALDO MESQUITA JÚNIOR
FERNANDO BEZERRA	6-JOÃO CAPIBERIBE
MARCELO CRIVELLA (RELATOR)	7-AELTON FREITAS
PMDB	
LEOMAR QUINTANILHA 	1-NEY SUASSUNA
GARIBALDI ALVES FILHO 	2-LUIZ OTÁVIO 
JOSÉ MARANHÃO	3- RENAN CALHEIROS
JOÃO BATISTA MOTTA 	4-JOÃO ALBERTO SOUZA
ROMERO JUCÁ	5-MAGUITO VILELA
PEDRO SIMON 	6-SÉRGIO CABRAL
PFL	
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES 	1-PAULO OCTÁVIO
CÉSAR BORGES	2-JOÃO RIBEIRO
DEMÓSTENES TORRES 	3-JORGE BORNHAUSEN
EDISON LOBÃO  (PRESIDENTE)	4-EFRAIM MORAIS
JOSÉ JORGE	5-RODOLPHO TOURINHO 
PSDB	
ÁLVARO DIAS	1- ANTERO PAES DE BARROS
TASSO JEREISSATI	2-EDUARDO AZEREDO 
ARTHUR VIRGÍLIO	3-LEONEL PAVAN
PDT	
JEFFERSON PÉRES	1-ALMEIDA LIMA
PPS	
MOZARILDO CAVALCANTI	1-PATRÍCIA SABOYA GOMES

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB E PL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERY'S SILHESARENKO	X				1 - EDUARDO SUPLICY				
ALOIZIO MERCADANTE	X				2 - ANA JÚLIA CAREPA	X			
TIÃO VIANA					3 - SIBÁ MACHADO				
ANTÔNIO CARLOS VALADARES			X		4 - DUCIOMAR COSTA				
MAGNO MALTA					5 - GERALDO MESQUITA JÚNIOR				
FERNANDO BEZERRA					6 - JOÃO CAPIBERIBE				
MARCELO CRIVELLA	X				7 - AELTON FREITAS				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
LEOMAR QUINTANILHA					1 - NEY SUASSUNA				
GARIBALDI ALVES FILHO	X				2 - LUIZ OTÁVIO	X			
JOSÉ MARANHÃO					3 - RENAN CALHEIROS				
JOÃO BATISTA MOTTA	X				4 - JOÃO ALBERTO SOUZA				
ROMERO JUCA					5 - MAGUITO VILELA				
PEDRO SIMON	X				6 - SÉRGIO CABRAL				
TITULARES - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PFL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	X				1 - PAULO OCTÁVIO				
CÉSAR BORGES					2 - JOÃO RIBEIRO				
DEMÓSTENES TORRES	X				3 - JORGE BORNHAUSEN				
EDISON LOBÃO					4 - EFRAIM MORAIS				
JOSÉ JORGE					5 - RODOLFO TOURNHO	X			
TITULARES - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ÁLVARO DIAS					1 - ANTERO PAES DE BARROS				
TASSO JEREISSATI					2 - EDUARDO AZEREDO	X			
ARTHUR VIRGÍLIO					3 - LEONEL PAVAN				
TITULAR - PDT					TITULAR - PDT				
JEFFERSON PERES					1 - ALMEIDA LIMA				
TITULAR - PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PPS	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI					1 - PATRÍCIA SABOYA GOMES				

TOTAL: 14 SIM: 12 NÃO: — ABSTENÇÃO: — AUTOR: 1 PRESIDENTE 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 17 / 11 / 2004

Senador EDISON LOBÃO

Presidente

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (§ 8º, art. 132, do RISF)

U:\ACCCJ2003\Votação nominal.doc (atualizado em 12/03/2004)